ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA

CONTRATO Nº 035/2026
COMPRAS E SERVIÇOS COMUNS – LEI 14.233/2021

PROCESSO DE ORIGEM
PREGÃO ELETRÔNICO nº 023/2025
Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO: 02.04.00.0078/2025

OBJETO CONTRATUAL
Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA.

VALOR CONTRATUAL
R$ 20.976,74 (Vinte mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos)

VIGÊNCIAS CONTRATUAL
INICIAL: 02 de junho de 2026
FINAL: 02 de junho de 2027

DADOS DO CONTRATANTE
MUNICIPIO DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA
CNPJ nº 06.158.455/0001-16
Rua Vilela, nº 12, Bacuri, Imperatriz - Maranhão
Hilderson Alves dos Santos CPF nº 007.321.473-60

DADOS DO CONTRATADO
OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA
CNPJ nº 17.226.183/0001-60
Rua Simplicio Moreira, nº 1252, centro, Imperatriz - MA
Leonardo Damaceno Castro
CPF nº 651.572.223-00

FISCAL DO CONTRATO
Fhelipe Roberto Lima Costa – Matrícula nº 853389
Pâmela Larisse Sousa Rodrigues – Matrícula nº 849921

PREÂMBULO

Aos 02 de junho de 2026, a **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ-MA, inscrita no CNPJ nº 06.158.455/0001-16,** com sede a Rua Vilela, nº 12, Bacuri, Imperatriz – Maranhão, através da Unidade Administrativa Contratante SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL - SUDEC, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 na presença de testemunhas abaixo nomeadas acordam em assinar o presente **TERMO DE CONTRATO**, decorrente do Processo de Contratação em epígrafe, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DA VINCULAÇÃO (art. 92, I e II)

1.1 – O presente instrumento tem por objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA. De acordo com as especificações e condições definidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta de preço apresentada pela **CONTRATADA**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO (art. 92, V)

2.1 – O valor do presente Contrato é de R$ 20.976,74 (Vinte mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos), em conformidade com a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
20	Cabo para impressora USB-AXB 2.0; - Cabo USB tipo A macho para USB tipo B macho PlusCable, ideal para conexão de impressoras e outros periféricos USB. - Cabo no padrão USB 2.0 com taxa de transferência de 480 Mbps. - Interface USB 2.0 compatível também com a versão USB 1.1. - Cabo com comprimento de 1,8 metros;	UND	1	R$ 6,93	R$ 6,93
30	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Computador: Processador Clock: 4.30Ghz - Núcleos: 4 - Threads: 8; Memória: DDR4 - Frequência: 3200Mhz - Capacidade: 8GB ou superior; Placa Mãe: Conexões USB: 2x 3.2 + 4x 2.0- Áudio: HD 7.1 canais com 3 conexões- Rede: Gigabit 10/100/1000- Conexões de vídeo: HDMI 2.0 e VGA- PS2: Sim- Slots: PCI-e x1 3.0, PCI-e x16 4.0, M.2 (Socket 3, M key, 2242/2260/2280 SATA e suporte a SSD PCIe)- Memória: Suporta até 64GB de memória DDR4 3200Mhz; Armazenamento: tipo: SSD - Tecnologia: NVMe Gen 3 - Conexão: PCI-e - Capacidade: 512GB - Velocidade de leitura: min:2400mb/s - Velocidade de escrita: min:1700mb/s; Gabinete: tipo: Micro ATX -	UND	07	R$ 2.450,00	R$ 17.150,00

	Conexões: 2x USB e 2x Áudio - Cor: Preto; Fonte de alimentação: tipo: ATX - Potência real: 500W - Energia: Bivolt - Certificada: Sim - Cooler de refrigeração: Sim					
61	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Impressora Multifuncional Laser: Impressão Padrão de Impressão Duplex (Frente e Verso) Sim Resolução da Cópia (máxima em dpi) 600 x 600 dpi Tecnologia de Impressão Laser Eletrográfico Memória Padrão 32 MB Memória Opcional Não Velocidade Maxima em Preto (ppm) 30 ppm Resolução (máxima) em dpi 2400 x 600 dpi Resolução da Impressão (máxima em dpi) Até 2400 X 600 dpi Capacidade da Bandeja de Papel Bandeja inferior com capacidade para 250 folhas de papel Capacidade de Impressão Duplex (Frente e Verso) Sim Interface de Rede Embutida Wireless 802.11b/g/n, Ethernet,USB 2.0 de alta velocidade Emulação PCL6; BR-Script3 Volume Máximo de Ciclo Mensal Até 10.000 páginas por mês Ciclo de Trabalho Mensal Máx.‡ Até 10.000 páginas por mês Aplicativo de Impressão para Dispositivos Móveis‡ AirPrint™, Google Cloud Print™, Brother™ iPrint&Scan, Cortado Workplace, and Wi-Fi Direct® - Cópia Cópia de Identidade (ID Card) Sim Resolução de Cópia (máxima) 600 x 600 dpi Opções de Cópia Ordenadas, N em 1, cópias múltiplas (até 99), cópia de documentos de identidade Capacidade Máx. do Alimentador Automático de Documentos (ADF)‡ Até 35 páginas Velocidade da Cópia em Preto 30 cpm Ampliação / Redução 25% - 400% Redução/Ampliação 25% - 400% em incrementos de 1% Agrupamento de Cópias (2 em 1) Sim Tamanho do Vidro de Exposição A4 - Digitalização Tipo de Scanner Mesa plana colorida com alimentador automático de documentos (ADF) Formatos de Arquivo TIFF / BMP / MAX / JPG / PDF / Secure PDF / PNG / XPS Resolução Máx. de Digitalização Interpolada (dpi)† Até 19200 x 19200 dpi Resolução de Digitalização Óptica (dpi) 600 x 2400 dpi Resolução Óptica do Scanner Até 600 x 2400 dpi Visualização e Software OCR Scansoft PaperPort® SE with OCR for Windows® and Presto!® PageManager® for Mac® Digitaliza para Email, Imagem, OCR, Arquivo, Microsoft® SharePoint® - Outros Dimensões do Equipamento sem caixa 40,9 x 39,88 x 31,75 cm Modo Toner Save Sim Consumo de Energia:Printing / Standy-by / Sleep 510W / 60W / 5.3W Capacidade de Saída do Papel 100 folhas Garantia Limitada de 1 ano Certificação Energy Star Sim Dimensões do Equipamento com caixa 56,65 x 51,82 x 43,43 cm Peso do Equipamento com caixa 13,6 kg Peso do Equipamento sem caixa 11,1 kg Visor LCD 2 linhas	UND	01	R$ 1.273,21	R$ 1.273,21

76	[COTA RESERVADA ME/EPP] - Monitor Tamanho 19,5" - Tipo de Tela: LED TN - Brilho: 200 cd/m² - Resolução Máxima: 1366 x 768 - Contraste Estático: 600:1 - Suporte de Cores: 16,7 - Pixel Pitch: 0,3177 x 0,3070 mm - Tempo de Resposta: 2ms - Revestimento de Tela: Anti-glare (3H) - Frequência: H: 30 - 61 kHz / V: 56 - 75 Hz - Ângulo de Visão 90° / 65° Líquido (sem base) 2,0 kg - Suporte de Parede (VESA): 75 x 75 mm Entradas/Saídas: - D-Sub - HDMI - HP Out Recursos: - Picture Mode - Reader Mode - Plug & Play - Flicker Safe - Color Weakness - Black Stabilizer - Dynamic Action Sync - Crosshair - Smart Energy Saving - OnScreen Control Dimensões (LxAxP): - Com base: 463,8 x 366,5 x 181,9 mm - Sem base: 463,8 x 276,4 x 38,4 mm - Ajuste de Inclinação: -5°/35° Energia: - Fonte Adaptador externo - Consumo de Energia 13W (Típico) Conteúdo da embalagem: - 1 x Monitor LG LED - 1 x Fonte de Alimentação - 1 x Cabo HDMI	UND	03	R$ 255,00	R$ 765,00
93	[COTA AMPLA CONCORRÊNCIA] - Projetor: Voltagem 127/220V, Brilho da imagem 2.700 lm, Tamanho da imagem 30 " - 350 " Com Wi-Fi Sim, Conexões de entrada S-Video, RS232C, Video - RCA, Audio L/R - RCA, Mini jack, HDMI, USB-A, USB-B, VGA Fontes de luz UHE Com modo Eco Sim, Com controle remoto Sim Com alto-falante Sim, Resolução nativa 800 px x 600 px Correção de Keystone: Automático: Vertical: ±30 graus / Slider: Horizontal: ±30 graus, Altura x Comprimento x Profundidade 87 mm x 297 mm x 244 mm, Intervalo de distância de projeção 0.88 m - 10.44 m, Relação de contraste 10000:1, Emissão de som em modo normal 37 Db, Emissão de som em modo Eco 29 dB, Vida útil da fonte de luz 5.000 h, Conexões de saída VGA, Mini jack, Sistemas operacionais compatíveis Android, iOS, Formatos de vídeo HDTV compatíveis 720p, 1080i, 1080p, Cabos incluídos Cabo de alimentação, VGA, Tecnologia de projeção 3 LCD	UND	01	R$ 1.424,70	R$ 1.424,70
118	Tela de Projeção 100": Tipo de montagemMontagem na parede, Montagem no teto Dimensões do produto12L x 11,5A centímetros MaterialAço inoxidável Dimensões do visor203 x 152 cm	UND	01	R$ 356,90	R$ 356,90
	R$ 20.976,74				

2.2 – No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 – O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente executados.

2.4 – São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.4.1 – O Termo de Referência que embasou a contratação, em especial as cláusulas específicas quanto a forma de execução do objeto;

2.4.2 – Edital de Licitação e/ou Aviso de Contratação Direta, conforme o caso;

2.4.3 – A Proposta do Contratado;

2.4.4 – Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

3.1 – O prazo de vigência da contratação terá início na data de 02/06/2026 e encerramento em 02/06/2027, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133, de 2021, e, em caso de serviços contínuos, poderão ser prorrogáveis por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

3.1.2 – A prorrogação de que trata esse item é condicionada à avaliação, por parte do Gestor do Contrato, da vantajosidade da prorrogação, a qual deverá ser realizada motivadamente, com base no Histórico de Gestão do Contrato, nos princípios da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação, e nos demais aspectos que forem julgados relevantes.

3.2 – O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3 – Em caso de prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

3.4 – O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

4.1 – O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

5.1 – O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE (art. 92, V)

6.1 – Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do processo administrativo que deu origem ao presente termo de contrato.

6.2 – Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo **CONTRATANTE**, do índice Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3 – Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4 – No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o **CONTRATANTE** pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.5 – Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.6 – Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.7 – Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8 – O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

7.1 – Quando o presente instrumento tratar de informações pessoais, as partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão deste contrato administrativo, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

7.2 – Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

7.3 – É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

7.4 – A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub-operação firmados ou que venham a ser celebrados pelo **CONTRATADO**.

7.5 – Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

7.6 – É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

7.7 – O **CONTRATADO** deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

7.8 – O **CONTRATANTE** poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o **CONTRATADO** atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

7.9 – O **CONTRATADO** deverá prestar, no prazo fixado pelo **CONTRATANTE**, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

7.10 – Bancos de dados eventualmente formados a partir de deste instrumento contratual, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

7.10.1 – Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

7.11 – O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

7.12 – Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

8.1 – As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Imperatriz deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

UNIDADE: SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL
CLASSIFICAÇÃO: 06.126.0138.2556.0000
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente
FICHA: 2482

CLASSIFICAÇÃO: 06.182.0137.2562.0000
NATUREZA DA DESPESA: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente
FICHA: 2495

8.2 – A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1 – Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
9.2 – Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.
9.3 – Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.
9.4 – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado.
9.5 – Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a entrega do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
9.6 – Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato.
9.7 – Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria desta administração para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado.
9.8 – Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.8.1 – A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

9.9 – Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
9.10 – Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais, nos termos do §4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.11 – A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

10.1 – O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e Termo de Referência, parte integrante a este Contrato, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas.

10.2 – Em casos de fornecimento de equipamentos, entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

10.3 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.4 – Comunicar ao **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

10.5 – Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

10.6 – Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

10.7 – Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo **CONTRATANTE**, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos.

10.8 – A empresa **CONTRATADA** deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos relacionados na Ordem de Serviço/Fornecimento.

10.9 – Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao **CONTRATANTE**;

10.10 – Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

10.11 – Paralisar, por determinação do **CONTRATANTE**, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

10.12 – Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação, ou para qualificação, na contratação direta;

10.13 – Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

10.14 – Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

10.15 – Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

10.16 – Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17 – Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do **CONTRATANTE**.

10.18 – Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

10.19 – Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato.

10.20 – Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local da execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

10.21 – Submeter previamente, por escrito, ao **CONTRATANTE**, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

10.22 – Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

11.1 – Para os contratos por escopo, assim considerados os contratos nos quais se impõe ao **CONTRATADO** o dever de realizar a execução de objeto específico em um período predeterminado, a extinção contratual se dará nos seguintes termos:

11.1.1 – Quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.1.2 – Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato:

11.1.2.1 – Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do **CONTRATADO**;

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas;

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

11.2 – Em se tratando de objeto de natureza contínua a extinção se dará quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

11.2.1 – O contrato pode ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o **CONTRATANTE**, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

11.2.2 – A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo **CONTRATANTE** nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

11.2.3 – Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

11.3 – O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.3.1 – Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.3.2 – A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.3.2.1 – Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.4 – O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1 – Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2 – Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3 – Indenizações e multas.

11.5 – A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.6 – O contrato poderá ser extinto caso se constate que o **CONTRATADO** mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1 – Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2 – Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

b) **Multa** de:

i) **Moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

ii) **Moratória** de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia, quando exigida no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

iii) **Compensatória**, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 12.1, de 20% a 30% do valor do Contrato.

iv) **Compensatória**, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "a", "b", "c" e "d" do subitem 12.1, de 1% a 30% do valor do Contrato.

12.3 – A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao **CONTRATANTE** (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4 – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1 – Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5 – Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo **CONTRATANTE** ao **CONTRATADO**, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, quando exigida, ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.6 – Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.7 – A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao **CONTRATADO**, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.8 – Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o **CONTRATANTE**;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.9 – Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.10 – A personalidade jurídica do **CONTRATADO** poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o **CONTRATADO**, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11 – O **CONTRATANTE** deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161).

12.12 – As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.13 – Os débitos do **CONTRATADO** para com a Administração **CONTRATANTE**, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

13.1 – As regras acerca da prestação de garantia na presente contratação são as estabelecidas no Termo de Referência, parte integrante a este Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1 – Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2 – O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3 – As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da **CONTRATANTE**, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4 – Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

15.1 – Os casos omissos serão decididos pelo **CONTRATANTE**, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

16.1 – As regras para subcontratação do objeto deste instrumento de contrato constam no Termo de Referência, parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 – O presente contrato é regido pela Lei 14.133/21 e demais diplomas legais.

17.2 – Incumbirá ao **CONTRATANTE** divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Imperatriz – MA, 02 de junho de 2026

ASSINATURAS

PELA CONTRATANTE

Hilderson Alves dos Santos
Secretário de Segurança Pública Integrada

PELA CONTRATADA

OLIVEIRA CASTRO SERVICOS E COMERCIO LTDA:17226183000160
Assinado de forma digital por OLIVEIRA CASTRO SERVICOS E COMERCIO LTDA:17226183000160
Dados: 2026.06.02 17:41:10 -03'00'

OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA
CNPJ nº 17.226.183/0001-60

TESTEMUNHAS

NOME: Kassia Érika Santos
CPF: 616.855.453-00

NOME: Loudmar dos Anjos Soares
CPF: 045.534.933-90

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA INTEGRADA

EXTRATO DO CONTRATO 035/2026-SMSPI

ESPÉCIE: Contrato nº 035/2026-SMSPI, firmado em 02 de junho de 2026, com **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 17.226.183/0001-60**. **OBJETO**: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL. **MODALIDADE**: PE nº 023/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **REFERÊNCIA**: Processo Administrativo nº 02.04.00.0078/2025-SEAMO. **VIGÊNCIA**: 02/06/2026 a 02/06/2027. **VALOR TOTAL**: R$ 20.976,74 (Vinte mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos). **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL; Ação: 06.126.0138.2556.0000/06.182.0137.2562.0000; Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00/4.4.90.52.00 – **Equipamento e material permanente**; Fichas:**2482/2495**; Fonte de Recursos: **1.500.00**. **DATA DE ASSINATURA:** 02/06/2026. **SIGNATÁRIOS:** pelo **Contratante**: HILDERSON ALVES DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1164685993 CEJUSPC-MA e do CPF/MF n.º 007.321.473-60, Portaria de Nomeação n.º 4468/2025 e pelo **Contratado**: Leonardo Damaceno Castro, CPF nº 651.572.223-00. Imperatriz – MA. 02 de junho de 2026.

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA INTEGRADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA INTEGRADA	ORDEM DE FORNECIMENTO Nº 040/2026-SMSPI

DADOS DA CONTRATANTE

ORGÃO	PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ
ENDEREÇO	RUA RUI BARBOSA, N.º 201 – CENTRO, IMPERATRIZ - MA
CNPJ	06.158.455/0001-16
SECRETARIA	SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA INTEGRADA
SECRETÁRIO (A)	HILDERSON ALVES DOS SANTOS

DADOS DO (A) CONTRATADO (A)

NOME	**OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA**		
ENDEREÇO	Rua Simplicio Moreira, nº 1252, centro, Imperatriz - MA		
CNPJ	**17.226.183/0001-60**	**TELEFONE**	

DADOS DO CONTRATO

CONTRATO	035/2026-SMSPI	DATA:	02/06/2026
MOD./Nº PROCESSO ADMINISTRATIVO	02.04.00.0078/2025-SEAMO		
CONVÊNIO Nº	*********	**VIGÊNCIA:**	02/06/2026 a 02/06/2027
OBJETO	O presente instrumento tem por objeto Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA.		
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:			
06.122- Superintendência de Defesa Civil Unidade: 06.126.0138.2556.0000; Natureza: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente Ficha:2482 Unidade: 06.182.0137.2562.0000; Natureza: 4.4.90.52.00 – Equipamento e material permanente Ficha:2495			
VALOR DA ORDEM DE FORNECIMENTO	**R$ 20.976,74**		

Pelo presente instrumento, fica o (a) contratado (a) **AUTORIZADO** (A) a **PRESTAR O SERVIÇO/FORNECER**, conforme dados específicos e nas condições estabelecidas em contrato.

Imperatriz – MA, 02 de junho de 2026.

HILDERSON ALVES DOS SANTOS
Secretário de Segurança Pública Integrada

RECEBIDO EM: 02/06/2026
OLIVEIRA CASTRO SERVICOS E COMERCIO LTDA:17226183000160
Assinado de forma digital por OLIVEIRA CASTRO SERVICOS E COMERCIO LTDA:17226183000160
Dados: 2026.06.02 17:40:20 -03'00'

OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA

ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA DE IMPERATRIZ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PUBLICA INTEGRADA

PORTARIA/FC Nº 040 DE 02 DE JUNHO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAIS DO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da designação de fiscais e gestores para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, controle e fiscalização do **Contrato nº 035/2026 – SMSPI/SUDEC**, referente Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, visando assegurar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **FISCAIS DO CONTRATO Nº 035/2026 – SMSPI/SUDEC**, celebrado com a empresa **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA**, **CNPJ nº 17.226.183/0001-60**, especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para a Secretaria Municipal de Segurança Pública Integrada:

- Fhelipe Roberto Lima Costa – Matrícula nº 853389
- Pâmela Larisse Sousa Rodrigues – Matrícula nº 849921

Art. 2º Compete aos fiscais do contrato: I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e das condições pactuadas; II – Registrar formalmente ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias junto à autoridade competente; III – Atestar a regularidade da execução contratual para fins de pagamento; IV – Comunicar à Administração quaisquer irregularidades constatadas durante a

execução do contrato; V – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de junho de 2026, data de início da vigência do contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ – MA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

HILDERSON ALVES DOS SANTOS
Secretário Municipal de Segurança Pública Integrada

·Keffersson Lopes Maciel – Matrícula nº 847786

Art. 2º Compete aos fiscais do contrato: I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e das condições pactuadas; II – Registrar formalmente ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias junto à autoridade competente; III – Atestar a regularidade da execução contratual para fins de pagamento; IV – Comunicar à Administração quaisquer irregularidades constatadas durante a execução do contrato; V – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de junho de 2026, data de início da vigência do contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ – MA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

HILDERSON ALVES DOS SANTOS Secretário Municipal de Segurança Pública Integrada
Publicado por: TEOTONIO APARECIDO DE FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete
Código identificador: dltflyzat920260618160622

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO 034/2026-SMSPI

ESPÉCIE: Contrato nº 034/2026-SMSPI, firmado em 02 de junho de 2026, com **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 17.226.183/0001-60. OBJETO**: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, GUARDA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ. **MODALIDADE**: PE nº 023/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **REFERÊNCIA**: Processo Administrativo nº 02.04.00.0078/2025-SEAMO. **VIGÊNCIA**: 02/06/2026 a 02/06/2027. **VALOR TOTAL**: R$ 35.972,68 (Trinta e cinco mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta e oito centavos). **DOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: SUPERINTENDÊNCIA DE GUARDA MUNICIPAL; Ação: 126.1151.1244; Natureza da Despesa: **4.4.90.52.00/3.3.90.30.00 – Equipamento e material permanente/Material de Consumo**; Fichas:**2458/2457**; Fonte de Recursos: **1.500.00. DATA DE ASSINATURA:** 02/06/2026. **SIGNATÁRIOS:** pelo **Contratante**: HILDERSON ALVES DOS SANTOS, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1164685993 CEJUSPC-MA e do CPF/MF n.º 007.321.473-60, Portaria de Nomeação n.º 4468/2025 e pelo **Contratado**: Leonardo Damaceno Castro, CPF nº 651.572.223-00. Imperatriz – MA. 02 de junho de 2026.

Publicado por: TEOTONIO APARECIDO DE FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete
Código identificador: kxeua0ayts20260618150615

EXTRATO DO CONTRATO 035/2026-SMSPI

ESPÉCIE: Contrato nº 035/2026-SMSPI, firmado em 02 de junho de 2026, com **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ Nº 17.226.183/0001-60. OBJETO**: Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL. **MODALIDADE**: PE nº 023/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021. **REFERÊNCIA**: Processo Administrativo nº 02.04.00.0078/2025-SEAMO. **VIGÊNCIA**: 02/06/2026 a 02/06/2027. **VALOR TOTAL**: R$ 20.976,74 (Vinte mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e quatro centavos). **DOTAÇÃOORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária: SUPERINTENDÊNCIA DE DEFESA CIVIL; Ação: 06.126.0138.2556.0000/06.182.0137.2562.0000; Natureza da Despesa: 4.4.90.52.00/4.4.90.52.00 – **Equipamento e material permanente**; Fichas:**2482/2495**; Fonte de Recursos: **1.500.00. DATA DE ASSINATURA:** 02/06/2026. **SIGNATÁRIOS:** pelo **Contratante**: HILDERSON ALVES DOS

Código identificador: lnp0wjwikuz20260618150649

PORTARIA/FC Nº 039 DE 02 DE JUNHO DE 2026.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAIS DO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da designação de fiscais e gestores para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, controle e fiscalização do **Contrato nº 034/2026 – SMSPI/GMI**, referente Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, visando assegurar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **FISCAIS DO CONTRATO Nº 034/2026 – SMSPI/GMI**, celebrado com a empresa **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº17.226.183/0001-60**, especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para a Secretaria Municipal de Segurança Pública Integrada:

·Anderson Jordan Alves Abreu – Matrícula nº 847715

·Keffersson Lopes Maciel – Matrícula nº 847786

Art. 2º Compete aos fiscais do contrato: I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e das condições pactuadas; II – Registrar formalmente ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias junto à autoridade competente; III – Atestar a regularidade da execução contratual para fins de pagamento; IV – Comunicar à Administração quaisquer irregularidades constatadas durante a execução do contrato; V – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de junho de 2026, data de início da vigência do contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ – MA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

HILDERSON ALVES DOS SANTOS Secretário Municipal de Segurança Pública Integrada

Publicado por: TEOTONIO APARECIDO DE FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete
Código identificador: wdqpzg76pko20260618150604

PORTARIA/FC Nº 040 DE 02 DE JUNHO DE 2026.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAIS DO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA

NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

CONSIDERANDO que a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, institui o novo regime jurídico das licitações e contratos administrativos no âmbito da Administração Pública;

CONSIDERANDO o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade da designação de fiscais e gestores para acompanhamento e fiscalização da execução contratual;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento, controle e fiscalização do **Contrato nº 035/2026 – SMSPI/SUDEC**, referente Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA, visando assegurar o fiel cumprimento das cláusulas contratuais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para atuarem como **FISCAIS DO CONTRATO Nº 035/2026 – SMSPI/SUDEC**, celebrado com a empresa **OLIVEIRA CASTRO SERVIÇOS E COMERCIO LTDA, CNPJ nº17.226.183/0001-60**, especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para a Secretaria Municipal de Segurança Pública Integrada:

·Fhelipe Roberto Lima Costa – Matrícula nº 853389

·Pâmela Larisse Sousa Rodrigues – Matrícula nº 849921

Art. 2º Compete aos fiscais do contrato: I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das cláusulas contratuais e das condições pactuadas; II – Registrar formalmente ocorrências relacionadas à execução contratual, adotando as providências necessárias junto à autoridade competente; III – Atestar a regularidade da execução contratual para fins de pagamento; IV – Comunicar à Administração quaisquer irregularidades constatadas durante a execução do contrato; V – Zelar pela observância dos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e interesse público.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de junho de 2026, data de início da vigência do contrato.

GABINETE DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ – MA, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS.

HILDERSON ALVES DOS SANTOS Secretário Municipal de Segurança Pública Integrada
Publicado por: TEOTONIO APARECIDO DE FREITAS JUNIOR
Chefe de Gabinete
Código identificador: idui4tq9220260618150655

PORTARIA/FC Nº 041 DE 02 DE JUNHO DE 2026.
DISPÕE SOBRE A DESIGNAÇÃO DE FISCAIS DO CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E PERIFÉRICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ - MA.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA INTEGRADA DE IMPERATRIZ, Estado do Maranhão, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

Contrato nº 035/2026

Última atualização 17/09/2026

Órgão/Entidade: 06.158.455/0001-16 - MUNICIPIO DE IMPERATRIZ

Unidade executora: 4687 - Superintendência de Defesa Civil **Localidade da Unidade:** Imperatriz/MA

Órgão/Entidade sub-rogado: não informado **Unidade executora sub-rogada:** não informada

Localidade da Unidade sub-rogada: não informada

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 0204.00.0078/2025

Categoria do processo: Informática (TIC)

Data de divulgação no PNCP: 17/09/2026 **Data de assinatura:** 02/06/2026

Vigência: de 02/06/2026 a 02/06/2027

Id contrato PNCP: 06158455000116-2-000496/2026 **Fonte:** STARTGOV SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA

Id contratação PNCP: 06158455000116-1-000282/2025

Fruto de adesão? Não **Tem Remanejamento:** Não **Id ata PNCP:** 06158455000116-1-000282/2025-000001

Objeto:

Registro de Preços para eventual e futura contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, com a finalidade de atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz.

VALOR CONTRATADO

R$ 20.976,74

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 17.226.183/0001-60 Consultar sanções e penalidades do fornecedor

Nome/Razão social: OLIVEIRA CASTRO SERVICOS E COMERCIO LTDA

Empenhos | Instrumentos de Cobrança | Termos | Arquivos | Histórico

Sequencial	Número	Valor Total	Emenda	Data de Emissão	Data/Hora de Inclusão	Situação

Nenhum dado para exibir

Voltar

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e corretude das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.

https://portaldeservicos.gestao.gov.br

0800 978 9001

Texto destinado a exibição de informações relacionadas à **licença de uso.**

CONTRATO 035/2026

Ente: Imperatriz	**Entidade Licitante:** SUPERINTENDENCIA DE DEFESA CIVIL (SUDEC) - 06.158.455/0001-16 - 024015	**ID Procedimento:** PE0232025
ID Contrato: CT0352026SUDEC	**Número Contrato/Ano:** 035/2026	**Cpf Cnpj:** 17.226.183/0001-60
Número Processo/Ano: 02.04.00.0078/2025	**Data Assinatura:** 02/06/2026	**Data Inicio:** 02/06/2026
Data Fim: 02/06/2027	**Valor:** R$ 20.976,74	**Status:** Informação aceita

Objeto:
Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais e equipamentos de informática e periféricos, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Imperatriz - MA

Procedimento

Ente: Imperatriz	**Entidade Licitante:** SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E MODERNIZACAO - 06158455000116	**Número Processo/Ano:** 0204000078/2025
Número Procedimento/Ano: 23/2025	**Data Publicação:** 26/09/2025	**Número Lei/Ano:** -
Procedimento: PE - Pregão Eletrônico	**Critério:** 1 - Menor Preço	**Finalidade:** 2 - Aquisição de bens
Sistema Pregão: COMPRASNET	**Data Adesão:** -	**Regime Execução:** 5 - Fornecimento
Valor Estimado: R$ 13.778.840,54	**Data Sessão:** 09/10/2025	**CPF Autoridade:** 014.480.033-00

Sanção Contratado

ENTIDADE CONTRATANTE	CONTRATADO	TIPO	DATA INÍCIO	DATA FIM	AMPLITUDE
Sem resultados					

Alteração Contratual

ENTIDADE CONTRATANTE	CPF AUTORIDADE	TIPO TERMO	DATA INÍCIO	DATA FIM	VALOR

Sem resultados

Substitutivo Contrato

ENTIDADE CONTRATANTE	CONTRATADO	ID CONTRATO PNCP	VALOR
Sem resultados			

SINC - Sistema de Informações para Controle

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO MARANHÃO

Relatório de Contratos

Gerado em: 07/10/2026, 12:55:54

Filtros Aplicados

Número Contrato: 035 **Ano Contrato:** 2026 **Cpf/Cnpj Contratado:** 17226183000160

Total de registros: 1

Ente Federativo	Orgão Contratante	Cód. UO	Contrato	Id Contrato	Id Procedimento	Procedimento	Valor	Data Assinatura	Cpf/Cnpj Contratado	Status
Imperatriz	Superintendencia De Defesa Civil (Sudec) - 06.158.455/0001-16	024015	035 / 2026	CT0352026SUDEC	PE0232025	23 / 2025	R$ 20.976,74	02/06/2026	17.226.183/0001-60	Informação aceita

© Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - 2026